

## VI

### ENSINO REGULAR E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO COLABORATIVO

*Aitan Almeida da Silva<sup>15</sup>, Laudeci Almeida Santos<sup>16</sup>*

#### RESUMO

O presente artigo discute sobre a importância do ensino colaborativo para o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos da Educação Inclusiva na Escola Municipal Teodoro Luciano da Silva, Caém - BA. Sabe-se da relevância na articulação do professor da sala regular de ensino, com o professor do AEE- Atendimento Educacional Especializado que acontece na sala de recursos. Assim, este estudo tem como objetivo refletir sobre a dimensão do retrocesso quando ocorre a falta desse alinhamento didático, quando há consolidação no trabalho percebe-se a melhoria do aprendizado deste público da educação inclusiva, por meio de estratégias articuladas gerando aprendizagens significativas numa proposta de ensino colaborativo na escola. Atualmente a abordagem inclusão na escola perpassa por divergências relacionadas ao papel que cada professor deve desempenhar no processo educativo da criança, uma vez que, incluir não é apenas fazer a matrícula e colocar o aluno na sala de aula, ou participar do Atendimento Educacional Especializado é necessário que ambos os recursos sejam presentes e eficaz na vida escolar deste aluno. Esta pesquisa configura-se na teoria e abordagem qualitativa através das seguintes técnicas: Observação direta, Entrevistas semiestruturadas e Análise documental.

**Palavras-chave:** Ensino colaborativo; Escola; Aprendizagem; inclusão; Alunos.

#### ABSTRACT

This article discusses the importance of collaborative teaching for the development of learning of Inclusive Education students at the Teodoro Luciano da Silva Municipal School, Caém - BA. It is known the relevance in the articulation of the regular classroom teacher with the AEE-Specialized Educational Service teacher who takes place in the resource room. Thus, this study aims to reflect on the dimension of retrogression when there is a lack of this didactic alignment, when there is consolidation in the work, an improvement in the learning of this public of inclusive education is perceived, through articulated strategies, generating significant learning in a collaborative teaching proposal at school. Currently, the inclusion in school approach involves divergences related to the role that each teacher must play in the child's educational process, since inclusion is not just about enrolling and placing the student in the classroom, or participating in the Specialized Educational Service, it is necessary that both resources are present and effective in this student's school life. This research is configured in theory and qualitative approach through the following techniques: Direct observation, semi-structured interviews and document analysis.

**Keywords:** Collaborative teaching; School; Learning; inclusion; Students.

<sup>15</sup>Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso- FCG, 2ª Licenciatura em Geografia pela Faculdade de Ciências Administrativas e de Tecnologia, Especialista em Gestão, Supervisão e Orientação Educacional pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Coordenadora Pedagógica da FCG- Faculdade de Ciências Educacionais de Capim Grosso. Email:silvaaitan@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7183-1993>

<sup>16</sup> Graduada em Letras pela Universidade UNOPAR- Jacobina. Especialista em Atendimento Educacional Especializado pela Universidade Candido Mendes (UCAM). Professora efetiva do Município de Caém-BA.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo iniciou-se mediante a uma inquietação sobre a prática da consolidação do ensino colaborativo no ambiente educativo, uma parceria entre professor da sala regular com o professor da sala de recursos multifuncional, visando a ruptura da desarticulação no planejamento pedagógico da escola. Segundo a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 208. Inciso III – determina: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”, mediante amparos legais a constituição prevê princípio de igualdade no ensino e assegura a criação do AEE nas escolas que necessitam desse atendimento, propiciando suporte pedagógico essenciais na construção dos saberes dos alunos que são público-alvo da educação especial, sem que haja qualquer forma discriminatória por parte da unidade escolar.

Com base na Constituição Federal (1988), para que haja efetivação na prática desses princípios legais, é necessário pensar um modelo de ensino colaborativo, cujo mesmo tem a finalidade de auxiliar o pedagógico, voltado para o aprendizado dos alunos com necessidades educacionais especiais. Conforme o significado da palavra colaborativo no dicionário Houaiss: “Que envolve ou contém colaboração, auxílio, ajuda; cooperativo. Produzido em conjunto com outras pessoas”. Desta maneira a parceria do colaborativo, visa fortalecer a coletividade e a interação dentro de uma turma heterogênea, na qual cada professor tem seu espaço de trabalho, entretanto a forma de conduzir e desenvolver as atividades devem estar em conformidades com os objetivos traçados, desde o aplicar na sala comum como na sala de recursos, já que o ensino colaborativo contribui como um facilitador do processo de inclusão e aprendizagens. A Escola Municipal Teodoro Luciano da Silva foi o objeto de estudo, seu público-alvo foram os professores do ensino regular, os agentes de inclusão que auxiliam os professores da sala comum e o professor que atua na sala de recurso multifuncionais, dessa forma, procurou-se compreender o Ensino regular e atendimento educacional especializado na perspectiva do trabalho colaborativo.

Deste modo, esta pesquisa teve como problemática, como a desarticulação pedagógica-didática no ensino colaborativo retrocede a aprendizagem dos alunos da Escola Municipal Teodoro Luciano da Silva? Dessa maneira, a intenção é investigar de que forma acontece a organização do planejamento do professor da sala regular de

ensino com o professor do Atendimento Educacional Especializado em sala de recursos na Escola Municipal Teodoro Luciano da Silva, município de Caém. Porventura, para compreender como ocorre tal fenômeno pretende-se observar como acontece a mediação do aluno com deficiência na sala regular e na sala de recursos multifuncional do AEE, além de compreender a importância do ensino colaborativo como meio de aprendizagem significativa.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Historicamente ao estudar e observar, fica evidente no contexto antepassado teorias e práticas discriminatórias que segregaram às pessoas que tinham deficiências, de tal forma que foram excluídas do convívio social, de frequentar escolas etc. Os indivíduos com deficiências naquela época eram nomeados como doentes, um fardo para a família e causadores de transtornos para a sociedade além de serem incapazes, não possuíam direitos sociais e nem à educação, como não trabalhavam não serviam para o crescimento social. No período histórico de 1200 até 1940, os indivíduos com deficiências eram submetidos a diversos atos de violência que em muitos casos levavam à morte, exemplo da tabela abaixo

Período	Perspectiva social	Tratamento
1200-1700	Possuído pelo demônio	Tortura, queimado vivo.
1800-1920	Defeito genético; Inferior	Aberração.
1930-1940	Defeito genético	Esterilizado, exterminado.

Fonte: adaptada de ADAMS, 2007.

À medida que a sociedade se modifica surge mudanças históricas principalmente no valorizar e respeitar a vida de cada ser humano, com essas modificações a área educacional começa a fazer a inserção deste público que possuem alguma deficiência, ou seja, passaram a frequentar escolas, porém de uma forma excludente. Havia uma divisão entre a escola regular e a escola especial, onde o aluno com necessidades educacionais especiais estudava separadamente dos outros alunos que não possuía nenhum tipo de necessidade. Porém o sistema educacional foi se modificando e o

contexto da educação atualmente é a Educação Inclusiva dentro da Escola Regular, ou seja, é a construção do conhecimento por meio da diversidade.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005).

Com isso, ocorrem mudanças nas práticas pedagógicas do educador, pois a diversificação de atividades em sala de aula deve ser constante, a clientela é outra, e ao mesmo tempo tem que se adequar e educar os alunos no mesmo contexto escolar sem que haja a exclusão no ambiente educativo. O foco primordial é a construção de saberes diversificados em um único espaço, onde as necessidades educacionais especiais deixem de ser vistas como um problema, e sim como uma diversidade de ensino-aprendizagem. E assim, a interação torna-se de fundamental importância na Educação Inclusiva, pois através da troca de conhecimentos e diálogo é possível estimular a aprendizagem dos alunos que demonstram possuir necessidades educacionais especiais ocorrendo uma troca de aprendizado com o outro. Segundo Vygotsky 1998 a aprendizagem é

a distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes. (VYGOTSKY, 1998, p. 112).

Portanto, fica em evidência a necessidade do outro nesse processo de construção de conhecimentos, pois é através da zona de desenvolvimento proximal que isso acontece na troca com os outros colegas, ou seja, na socialização. Isto é, para aprender o indivíduo necessita do meio, da interação com seus pares para desenvolver seus conhecimentos e até mesmo assimilar os que já possuem, pois são essas novas informações apresentadas até então desconhecidas que irão agregar o desenvolvimento psíquico e afetivo do sujeito.

Atualmente, a legislação brasileira intervém e ampara o atendimento aos alunos com diversos tipos de deficiências e até mesmo aqueles com superdotação que necessitam de um atendimento prioritário também, assim determina obrigatoriedade para municípios e estados que assegurem todas as etapas modalidades da educação e do ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional delega:

O atendimento educacional especializado aos alunos com necessidades educacionais especiais preferencialmente na rede regular de ensino, havendo quando necessário, serviço de apoio especializado na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial (BRASIL, 1996, p. 60 - 61).

Consequente, a LDB norteia o sistema educacional brasileiro a como presidir os espaços escolares de forma inclusiva na sua prática, criando esse atendimento de forma a atenuar a ideologia discriminatória com esses seres humanos. Além disso, a Declaração de Salamanca acredita e proclama que “sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,” (SALAMANCA, 1994, p.1).

Diante de tamanha inquietação, foi elaborada políticas educacionais que viabilizou a implantação de salas para o AEE- atendimento educacional especializado, com objetivo de dá suporte ao processo de aprendizagem na classe regular comum das escolas. A constituição dessas salas teve como princípio a abertura das Sala de Recursos Multifuncional, fonte de uma nova referência educacional inclusiva. Deste modo as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, instituídas pela Resolução CNE/CEB nº 4/2009, em seu art. 1º reforça essa legalidade e compromisso com a educação:

§ 1º Os sistemas de ensino devem matricular os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nas classes comuns do ensino regular e no atendimento educacional especializado (AEE), complementar ou suplementar à escolarização ofertado em sala de recursos multifuncionais ou em centros de AEE da rede pública ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos.

Embasando-se nessa concepção a educação inclusiva na rede regular de ensino comum, vai além da permanência física dos alunos, a matrícula é algo que não pode ser negado, entretanto não basta apenas receber o aluno com deficiência, é preciso incluí-lo, atender suas diversas necessidades, buscar atingir a aprendizagem e sua apropriação desenvolvendo suas competências e habilidades. Como cita as diretrizes, o ensino comum tem o suporte legal de buscar auxílio ao AEE, sendo um parceiro da complementação do desenvolver deste trabalho inclusivo, humanizado e participativo que tem como foco o desenvolvimento cognitivo, social e emocional de cada indivíduo.

Na conjuntura do sistema educacional de inclusão, faz-se necessário uma filosofia de uma educação compartilhada, na qual a comunidade escolar tenha como propósito de

ensino uma metodologia que busque um aprendizado diferenciado, sendo uma delas o trabalho colaborativo. Para Vigotsky (1998), citado por Damiani (2008)

embasa os estudos voltados para o trabalho colaborativo na escola. Ele argumenta que as atividades realizadas em grupos, de forma conjunta, oferecem enormes vantagens, que não estão disponíveis em ambientes de aprendizagem individualizada. Explica que o desenvolvimento dos sujeitos, assim como seu aprendizado e seus processos de pensamento, ocorre mediado pela relação com outras pessoas. (DAMIANI, 2008, p.3).

A inclusão escolar não pode ser pautada apenas em discursos e ideologias sem práticas no dia a dia da sala de aula, é essencial que haja mudanças e articulações no trabalho didático entre professores do ensino regular, salas de recursos e demais profissionais envolvidos direta e indiretamente na educação. É imprescindível a consolidação do ensino colaborativo visando uma escola pública, democrática e de qualidade, em que todos possam aprender e desenvolver-se, integralmente na escola e perante a sociedade.

A cooperação é a base principal neste processo de trabalho colaborativo, uma vez que, seu intuito é trabalhar em conjunto com educadores que buscam objetivos em comum, isto é, socializar conquistas e dificuldades, partilhar responsabilidades, planejar metas e delinear em grupo o percurso a ser adotado no desenvolvimento das atividades estabelecidas. Conforme Marin e Maretti (2014)

é por meio de uma relação dialógica entre dois docentes, um de apoio específico e o regente da turma, busca-se repensar algumas práticas e desenvolver diferenciações pedagógicas necessárias por meio do ensino colaborativo. A tarefa é garantir que cada aluno construa o mesmo conhecimento dos outros estudantes e que consiga desenvolver as atividades dentro de sala de aula (MARIN e MARETTI, 2014, p. 2).

Ao se pensar nessa estratégia referente ao atendimento educacional especializado, no contexto do trabalho colaborativo entre professor da educação especial e professor regular é extremamente necessário esta parceria para articular o pedagógico no ambiente escolar, o professor da sala de recursos é um mero articulador e facilitador no planejar e desenvolver atividades diversificadas, tendo em vista suprir às necessidades de todos os educandos, dividir, socializar e adequar planos didáticos, elaborar avaliações e métodos para aperfeiçoar as aulas e o espaço de aprendizagem. Segundo a concepção de Marin e Braun (2013).

O propósito é garantir a articulação de saberes entre ensino especial e comum, combinando as habilidades dos dois professores. Assim, o professor regente da turma traz os saberes disciplinares, os conteúdos, o que prevê o currículo e o planejamento da escola, juntamente com os limites que enfrenta para ensinar o aluno com necessidade especial. O professor do ensino especial, por sua vez, contribui com propostas de adequação curricular, atentando para as possibilidades do estudante, considerando as situações de ensino propostas e as opções metodológicas, planejando estratégias e elaborando recursos adequados para a promoção de sua aprendizagem (MARIN e BRAUN, 2013, p. 53).

Diante do exposto sobre a relevância do ensino colaborativo, é explícito a magnitude de vantagens apresentadas, potencialidades para agir, resolver problemas, raciocinar, ou seja, é um leque de possibilidades de sucesso para a promoção do saber.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo parte de observações e experiências vivenciadas a partir das ações desenvolvidas como pesquisadora da Escola Municipal de Caém-Ba. Assim, é cabível discutir a definição de pesquisa como um embasamento metodológico, considerando-se que a palavra pesquisa tem várias percepções e múltiplos significados, com isso é importante que se adote variáveis técnicas no decorrer do estudo de seu objeto, pois facilitará a obtenção de um resultado nítido e seguro no processo de investigação no campo da pesquisa científica. Portanto, não há pesquisa sem o suporte de artifícios e ferramentas metodológicas adequadas que consistam em uma aproximação ao item de estudo. Segundo o autor Pedro Demo (2001, p.16). “Pesquisa é atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem”. Portanto o pesquisador terá que assimilar o conhecimento específico da área com o novo campo teórico a ser descoberto mediante a pesquisa.

Contudo, definem-se a metodologia como as formas que se utiliza para a investigar determinada inquietação, pois é o estudo e o caminho percorrido para a descoberta da ciência ou de um determinado objeto. Ou seja, o percurso e as ferramentas utilizadas para se chegar a uma pesquisa científica.

A presente pesquisa foi realizada na Escola Municipal Teodoro Luciano da Silva, situada no distrito de Piabas, Caém- BA. A Escola possui as seguintes modalidades de ensino: Ensino Fundamental I e Ensino Fundamental II. Tendo como sujeitos: (12) alunos com deficiências, e os demais que se faziam presente na sala comum (03) gestores escolares, (12) pais, (07) professores e (01) coordenador pedagógico (01) professor da

sala de recursos multifuncional (02) agentes de inclusão. Foram escolhidos esses sujeitos, pois através dos mesmos possibilitou a obtenção dos dados e resultados da inquietação. Por meio de observações, entrevistas e documentação.

É válido mencionar a importância do método qualitativo nesta investigação, pois tratava-se de questões sociais que buscou explicar os acontecimentos no meio social com diferentes abordagens, uma vez que, enquanto investigador fui sujeito e objeto ao mesmo tempo da pesquisa. A pesquisa qualitativa enfatizou os aspectos obtidos pela realidade e as relações sociais como forma de obter a explicação desta indagação.

Para esta pesquisa foi escolhido o método qualitativo, a fim de explicar os acontecimentos e fatos sociais existentes, para se chegar ao determinado estudo do objeto. Assim, o estudo foi desenvolvido na unidade escolar e na sala de recursos que fica situada fora do espaço da escola regular, teve como estratégia metodológica a pesquisa qualitativa, pois este método aproximou o objeto ao seu estudo de caso resultando em explicações, respostas dos fatos e seus significados. Adotou-se também a pesquisa de campo, utilizando da observação direta, entrevistas semiestruturadas e análise documental.

A observação direta é uma técnica que tem como fonte constatar os fatos espontaneamente sem intermediação, através da mesma pode-se encontrar respostas para determinadas questões elaboradas na pesquisa, e até mesmo a obtenção das informações necessárias para a investigação. Segundo Ludke e André (1986, p.25) “para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isso implica a existência de um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador”.

A entrevista possuiu um papel fundamental na pesquisa científica, pois ao ser desenvolvida com alunos, professores, pais, gestores escolares, professor da sala de recursos multifuncional e demais sujeitos inseridos na pesquisa, ficou evidente a importância da parceria e do trabalho colaborativo naquele espaço escolar no decorrer do processo de ensino/aprendizagem, visando uma inclusão de fato consolidada. Já a documentação teve como base a análise de arquivos públicos e privados, por isso tornou-se relevante como fonte de pesquisa, uma vez que, aproximou o investigador a informações historicamente apresentada através de anotações, relatórios, plano de curso, diários, entre outros. Diante disso, a autora Pádua (2007) diz que a pesquisa documental



é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados); tem sido largamente utilizada nas Ciências Sociais, na investigação histórica, afim de descrever/comparar fatos sociais, estabelecendo suas características ou tendências. (PÁDUA, 2007, p.68-69)

Portanto, a documentação teve como intuito estabelecer uma conexão dos fatos sociais, contexto histórico, de maneira que o objeto ficou em evidência através de documentos e registros acontecidos anteriormente na escola, principalmente nos planos diário e planejamentos de unidades.

## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 PROFESSOR REGULAR X PROFESSOR DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL

Em síntese, fica evidente a preocupação dos dois profissionais em relação à inclusão em sala, entretanto há uma lacuna que desorganiza o trabalho pedagógico em campo, esta desorganização parte da falha na desarticulação do planejamento diário, ou seja, o professor da sala de recursos não planeja no horário de AC- atividade complementar junto com o professor do regular. Em se tratando de carga horária de professores o único período oportuno de trocas de experiências, ajudas, debates é neste momento. De fato, a escola sofre uma quebra de desarticulação no trabalho colaborativo neste ponto. Todavia, vale mencionar a forma de trabalho ministrado pelo professor da sala de recursos, desenvolve seu trabalho fora dos muros da escola, em outro espaço, visto que isso deveria ser modificado, adequar o espaço da escola para que de fato o AEE entre neste espaço.

Vale ressaltar as práticas pedagógicas desenvolvidas no espaço da sala de recursos: didáticas inclusivas, autônomas que possibilitam ao aluno desenvolver sua autonomia, vivências de atividades concretas e significativas para cada estímulo e necessidade do alunado. Já a sala regular comum em sua prática, algumas vezes é divergente da sala de recursos, por motivos de quantidade maior de alunos em sala, falta de alinhamento do que está sendo proposto no AEE, entre outros. Vale lembrar, que o agente de inclusão é apenas um mediador no dia a dia da sala comum, o professor regular é quem conduz todos os seus alunos e suas atividades. Não se pode cair na dicotomia de que o aluno que tem deficiência não é meu, e sim do agente.

#### 4.2 GESTÃO/COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

A partir das observações realizadas e entrevistas concluídas na escola durante todo o tempo de estudo em campo, pode-se perceber que a equipe gestora vê a importância de construir e manter uma comunidade que busca inclusão em todas as esferas. Entretanto, as ações do pedagógico refletem neste aspecto de trabalho colaborativo, as vezes por falta de diálogo, cumplicidade e parceria mesmo. Vale ressaltar o cunho da gestão democrática, na qual a comunicação prevalece, todavia há responsabilidades condizentes com a proposta educacional vigente que precisam ser efetivadas na prática.

#### 4.3 ALUNOS

É notório a inocência e tamanha afeição das crianças pela escola, as mesmas veem a escola como um espaço de aprendizagens e brincadeiras. Contudo ao serem questionadas sobre seus aprendizados, citam que a sala de recursos multifuncional ensina o que eles gostam e se sentem bem ao produzir as atividades, que o professor leva jogos e brincadeiras, na qual fazem eles aprenderem com mais facilidade. Os mesmos citam que algumas vezes sentem-se discriminados por seus colegas e que o recreio nem sempre é algo bom, visto que há uma aluna deficiente que usa cadeira de roda e a escola não oferta momentos de atividades esportivas e lúdicas com ela.

Em suma as aulas no turno regular apresentam atividades habituais, na qual há um agente de inclusão que auxilia conforme as necessidades da criança para realizar tais atividades. No entanto, diversas vezes o professor comum propõe atividades diversificadas para o aluno que tem deficiência, isto é necessário e condizente com a realidade. Porém o engajamento de incluir o aluno durante todas as atividades, todos os dias, ainda não corresponde ao que se espera.

#### 4.4 PAIS

Tendo em vista os vários relatos dos pais de alunos que tem filho com deficiência, pode-se perceber os anseios, alegrias e angústias, de fato a inclusão dos seus filhos não acontece como almejam, em falas citam que a escola atua de forma mediana nesse ato de incluir. Todavia, menciona a sala de recursos multifuncional e o professor que atua neste espaço como uma grande conquista para seus filhos. 'Meu filho conseguiu aprender a se vestir, a contar dinheiro, a socializar e ter luz na sua vida, graças ao professor X do

AEE, são muitos os avanços que hoje ele demonstra em casa”. Diante do relato, ela desabafa que muitas vezes pensou em tirar seu filho da escola regular antes da chegada do AEE, o mesmo frequentava, mas ela não percebia aprendizado.

Diante das vivências mencionadas, concretizadas em 30 dias de observações, 06 dias de entrevistas semiestruturadas e 02 dias de análise dos planos diário, planejamento de unidade e cadernos com atividades dos alunos. Certifica-se que, o trabalho colaborativo nesta escola demonstra ser uma ferramenta primordial na maneira de trabalhar, pensar e agir daquela comunidade, é uma gama de infinitas possibilidades de sucesso à difícil tarefa de ensinar. Sanchez 2005, p.12, “afirma que a educação inclusiva se centra em como apoiar as qualidades e as necessidades de cada um e de todos os alunos na comunidade escolar, para que se sintam bem-vindos e seguros e alcancem o êxito.” É nesse viés de entendimento que os professores devem repensar suas práticas pedagógicas em sala como meio de incluir a todos, inclusão não se limita apenas ao deficiente, inclusão perpassa incluir a criança que é vulnerável as drogas, a violência, a miséria, a fome.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os desafios encontrados no âmbito educacional da escola pública acerca da educação inclusiva, é evidente que esta temática ainda é um assunto polêmico, ele gera muitas queixas, dúvidas, incertezas e inseguranças. Todavia, os caminhos percorridos dentre tantas leis, resoluções, congressos e conferências mundiais, possibilitou o acesso e direitos às pessoas com deficiência na escola, a qual tem como obrigatoriedade propiciar ao indivíduo participação, efetivação e aprendizagem do conhecimento científico. Embora as dificuldades sejam muitas a serem enfrentadas ao longo deste processo de inclusão é necessário continuar persistindo na criação de um espaço social de escolarização, que assegure as condições fundamentais do aprender com qualidade. A utopia da palavra inclusão traz uma reflexão acerca das práticas educativas.

Dos discursos extensos de teorias, como também do papel gestor que se volta num interesse apenas centralizado, matrícula ativa, controle da evasão escolar. Com isso, considera-se que a escola busca meios de não ser excludente, entretanto é preciso que haja alinhamento para o desenvolvimento do ensino colaborativo naquele espaço, pequenas ações colocadas em práticas refletem numa inclusão formidável. Portanto, a

construção da práxis de uma pedagogia inclusiva na estrutura do trabalho didático requer a contínua tarefa da reflexão da ação, e o ensino colaborativo permeia este espaço de troca de ações e colaborações eficazes para o aprendizado.

## REFÊRENCIAS BIBLIORÁFICAS

ADAMS, M. BELL, LA. GRIFFIN, P. **Teaching for diversity and social justice: A Sourcebook**. New York: Routledge. 2007. 496p.

BRASIL. Constituição Brasileira. 1988. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988\\_18.02.2016/art\\_208\\_.a.sp](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_18.02.2016/art_208_.a.sp). Acesso em 15 de fev. 2021.

BRASIL. DECLARAÇÃO DE SALAMANCA Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em 24 de fev.2021.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº04/09 - Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=112035#:~:text=1%C2%BA%20Paa%20a%20implementa%C3%A7%C3%A3o%20do,ofertado%20em%20salas%20de%20recursos>. Acesso em 21 de fev. 2021.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2005.

DAMIANI, Magda Floriana. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Revista Educar, Curitiba, v. 31, n. 31, p. 213-230, 2008. Trimestral. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/250050935\\_Entendendo\\_o\\_trabalho\\_colaborativo\\_em\\_educacao\\_e\\_revelando\\_seus\\_beneficios](https://www.researchgate.net/publication/250050935_Entendendo_o_trabalho_colaborativo_em_educacao_e_revelando_seus_beneficios). Acesso em 21 de fev. 2021.

DEMO, Pedro. **Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos**. Porto Alegre. Papyrus, 2001.

Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIN, Márcia; Maretti. Ensino Colaborativo: Estratégias de Ensino para a Inclusão Escolar. **Seminário internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo**, 1., 2014, Rio de Janeiro: Uerj, 2014. p. 1 - 8. Disponível em: [http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin\\_e\\_maretti.pdf](http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin_e_maretti.pdf). Acesso em 21 de fev. 2021.

MARIN, Márcia; BRAUN, Patrícia. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. **Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49-64.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. 13ª. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A Educação Inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. In: **INCLUSÃO - Revista da Educação Especial**, Ano I, nº. 1, out./ 2005, p.7 - 18. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2347-8.pdf>. Acesso em 24 de fev. 2021.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. Tradução de José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.